

1721

1.721	
Publicação no D.O.	29-10-98
Designação da Comissão.....	
Emendas e Admissibilidade..	3-11-98
Parecer sobre o Mérito.....	12-11-98
Prazo no Congresso.....	27-11-98

Classificado de acordo com o art. 472
de Resolução 97
de Arquivo 24
Chefe do Serviço de Arquivo da Proposições e Publicações



CONGRESSO NACIONAL

EXCHAUO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.721, DE 28.10.98
D.O.U. de 29.10.98

(MENSAGEM Nº 1.306, de 28.10.98 - PR e Nº 748, de 29.10.98-CN)

EMENTA: Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	PLEG	MPV	1.721	98	29	10	98	

Este processo contém 02 folha(s)
numerada(s) e rubricada(s).
A SSCLC

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	SSCLEN	MPV	1.721	98	29	10	98	Maia

Auxíliadas folhas nos. 03 a 09 referentes a
Mensagem nº 748/98-CN.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	SACM	MPV	1721	98	04	11	98	Fátima Maia

Decorrido o prazo, 03/11/98, sem apresentação do Parecer sobre a
Admissibilidade da Medida Provisória, pela Comissão Mista.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	SACM	MPV	1721	98	04	11	98	Fátima Maia

No prazo regimental, 03/11/98, não foi oferecida Emenda à Medida Provisória.

CASA SF	ÓRGÃO SSATA	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			BETH FUNCIONÁRIO
		TIPO MPV	NÚMERO 1.721	ANO 98	DIA 05	MÊS 11	ANO 98	

A Presidência comunica ao Plenário que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.721, adotada em 28/10/98 e publicada no dia 29/10/98.

Designação da Comissão Mista: Senadores Titulares: (PFL) Bernardo Cabral e Francelino Pereira; (PMDB) Jader Barbalho e Nabor Júnior; (PSDB) Pedro Piva ; (Bloco Oposição -PT/PDT/PSB/PPS) Marina Silva; (PPB) Epitacio Cafeteira. Senadores Suplentes: (PFL) Bello Parga e Jonas Pinheiro; (PMDB) Fernando Bezerra e Carlos Bezerra; (PSDB) Osmar Dias; (Bloco Oposição -PT/PDT/PSB/PPS) Sebastião Rocha; (PPB) Leomar Quintanilha. Deputados Titulares: (PFL) Benito Gama e Jaime Martins; (PSDB) Ayrton Xerez, (Bloco PMDB/PRONA) Geddel Vieira Lima; (Bloco PT/PDT/PC do B) Marcelo Déda; (PPB) Odelmo Leão; Deputados Suplentes: (PFL) José Melo e Darci Coelho; (PSDB) Aloysio Nunes Ferreira e Antônio Carlos Pannunzio; (Bloco PMDB/PRONA) Wagner Rossi; (Bloco PT/PDT/PC do B) Fernando Ferro; (PPB) Gerson Peres.

Estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria (em anexo).
À SSCOM.

CASA SF	ÓRGÃO SSCOM	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNKIONÁRIO
		TIPO MPV	NÚMERO 1.721	ANO 98	DIA 05	MÊS 11	ANO 98	

Ao SACM

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FÁTIMA MAIA
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO					
CN	SACM	MPV	1721	98	09	11	98			

Of/GAB/I/Nº782, de 06/11/98, da Liderança do PMDB, indicando os Deputados Gonzaga Mota, como titular, e Sílvio Pessoa, como suplente, em substituição aos anteriormente designados (às fls. 12).

CASA		ÓRGÃO		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FÁTIMA MAIA
TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO					
CN	SACM	MPV	1721	98	11	11	98			

No prazo regimental, sem Instalação da Comissão Mista, é a matéria encaminhada à SSCLCN, à pedido.

CASA SF	ÓRGÃO SSATA	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			SAULO FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		MPV	1.721	98	11	11	98	

14:30 - Anunciada a matéria é proferido pelo Sr. Jader Barbalho pareceres de plenário quanto à admissibilidade, constitucionalidade e mérito, favoráveis à matéria, *SEM RECURSO*.

Aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, após usarem da palavra os Srs. Agnelo Queiroz, Luiz Carlos Hauly, Arnaldo Faria de Sá, Inocêncio de Oliveira, Luiz Eduardo Greenhalgh e Yeda Crusius.

À Promulgação.

À SSEXP.

CASA CN	ÓRGÃO SSCLCN	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			Solange FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		MPV	1.721	98	12	11	98	

Anexadas fls. 19 *Q*, 23, referentes aos ofícios dos Líderes do PFL, PSDB e Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) do SF; PFL e PSDB da C.D., de indicação de membros para apreciação da MP.

CASA CN	ÓRGÃO SSEXP	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			<i>Bianca</i> FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		MPV	1.721	98	13	11	98	

Recebido Neste Órgão em 13/11/98 às 11:20 hs

CASA SF	ÓRGÃO SSEXP	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			<i>Adriana</i> FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		MPV	1.721	98	13	11	98	

A SSCLSF PARA REVISÃO DOS AUTÓGRAFOS



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
SF	SGM	MPV	1.721	98	13	11	98

Hebraio
FUNKIONÁRIO

Juntei, às fls. 24 e 25, texto revisado para autógrafos.
à SSEX.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
CV	SSEX	MPV	1.721	98	18	11	98

João
FUNKIONÁRIO

Ofício nº 367/98 (CV), de 17.11.98 ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República encaminhando a Mensagem nº 66/98 (CV), ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República participando a promulgação da Medida Provisória nº 1.721/98, e encaminhando autógrafos. (Cabo da Presidência) fls. 26 a 29

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
CV	SSEX	MPV	1.721	98	18	11	98

João
FUNKIONÁRIO

Ofício nº 368/98 (CV), de 17.11.98 ao Presidente da Câmara dos Deputados comunicando a aprovação e encaminhando o Projeto para arquivo, nesta Casa.

Fls. 30.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO
CV	SSEX	MPV	1.721	98	18	11	98

João
FUNKIONÁRIO

Promulgada a Lei nº 9.703, de 17.11.98
D.O. nº 228, de 18.11.98 pag. 80003



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	SSCAP	MPV	1.721	98	18	11	98	Joana

Do Protocolo Legislativo com destino ao arquivo

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
SF	PLEG	MPV	1.721	99	25	11	98	Amaral

A Subsecretaria do Arquivo

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
SF	SSARQ	MPV	1721	98	05	02	99	

Emprestado a SSELSE of. 013/99

M- 448

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
SF	SSCLS	MPV	1.721	98	05	02	99	Miquelina

Juntado o Ofício nº 24/99, do Supremo Tribunal Federal, solicitando informações necessárias à instrução da ADIN 1.933-3. (Folhas nºs 34 a 44).



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
SF	SSCLSF	MPV	1721	98	08	02	99	1056

A Advocacia-geral a pedido (ofício
62/99 - Advogado, de 05/02/99)

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
SF	SSCLSF	MPV	1721	98	4	3	99	1

Recebido neste Órgão, nesta data.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
SF	SSCLSF	MPV	1721	98	4	3	99	2

Ao Arquivo, via Pleg.

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNCIONÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	PLEG	MPV	1721	98	08	03	99	3

A Subsecretaria do Arquivo



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

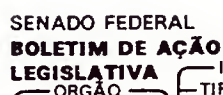
CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
CN	SSAD	MPU	1721	98	10	03	99	

Assinatura	
MSG - CN Nº 748/98	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			_____ FUNCIONÁRIO
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

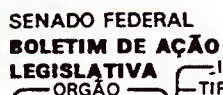
RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FTAL



BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA							
CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO

FUNCIONÁRIO

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FTAL



BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA		IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO		
CASA	ÓRGÃO	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FTAL



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃOÁRIO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

BAL N°

CASA

LEGISLATIVA
— ORGÃO —

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		
TIPO	NÚMERO	ANO

DATA DA AÇÃO		
DIA	MÊS	ANO

FUNCIONÁRIO

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FTAL



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

BAL N°

CASA

LEGISLATIVA
— ORGÃO —

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		
TIPO	NÚMERO	ANO

DATA DA AÇÃO		
DIA	MÊS	ANO

FUNCIONÁRIO

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FOL.



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

BAL N°

CASA

LEGISLATIVA
— ORGÃO —

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		
TIPO	NÚMERO	ANO

DATA DA AÇÃO		
DIA	MÊS	ANO

FUNCIONÁRIO

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FTAL



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

BAL N°

CASA

LEGISLATIVA
— ORGÃO —

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		
TIPO	NÚMERO	ANO

DATA DA AÇÃO		
DIA	MÊS	ANO

FUNCIONÁRIO

--

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	Nº FTAL



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

CASA

ORGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NÚMERO ANO

DATA DA AÇÃO
DIA MÊS ANO

BAL N°

FUNCIONÁRIO

--	--	--	--	--

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	N° FTAL



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

CASA

ORGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NÚMERO ANO

DATA DA AÇÃO
DIA MÊS ANO

BAL N°

FUNCIONÁRIO

--	--	--	--	--

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	N° FTAL



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

CASA

ORGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NÚMERO ANO

DATA DA AÇÃO
DIA MÊS ANO

BAL N°

FUNCIONÁRIO

--	--	--	--	--

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	N° FTAL



SENADO FEDERAL
BOLETIM DE AÇÃO
LEGISLATIVA

CASA

ORGÃO

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NÚMERO ANO

DATA DA AÇÃO
DIA MÊS ANO

BAL N°

FUNCIONÁRIO

--	--	--	--	--

RECEBIMENTO		ANÁLISE E TRANSCRIÇÃO		
DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	DATA	ASS. FUNCIONÁRIO	N° FTAL



SENADO FEDERAL
FÓLHA DE TRAMITAÇÃO

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

CASA	ÓRGÃO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			FUNÇÃO
		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	




CONGRESSO NACIONAL

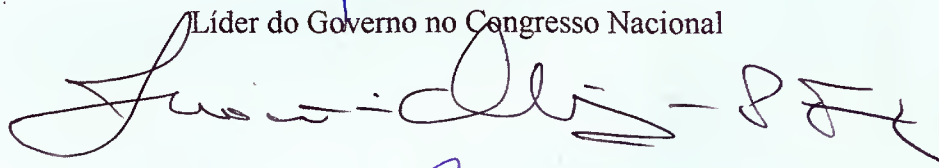
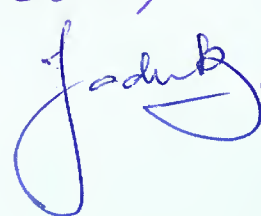
Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Requeiro, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 39, do Regimento Comum, o encerramento da discussão da Medida Provisória nº 1.721 que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

Sala das Sessões, em


José Roberto Arruda
Senador

Líder do Governo no Congresso Nacional


Wagner Romão - PMDB - CD
 - PMDB - Senador
Fidel.



SENADO FEDERAL Secretaria Geral da Mesa SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO <i>MPV Nº 1.721, de 1998.</i> <i>Em 29.10.98.</i>
--

CONGRESSO NACIONAL

TERMO DE AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 1998, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, *Caput*, da Resolução Nº 1, de 1989-CN, autuei a **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.721**, de 28 de outubro de 1998, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 29 de outubro de 1998, página 17. Eu, João Batista Josino de Medeiros, Chefe do Serviço de Protocolo Legislativo, lavrei o presente.

SENADO FEDERAL Protocolo Legislativo M.P.V. N.º <i>1.721 / 98</i> Fls. <i>01</i>
--

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

§ 2º Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 2º Interrompe-se a prescrição:

- I - pela citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;
- II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;
- III - pela decisão condenatória recorrível.

Art. 3º Suspende-se a prescrição durante a vigência:

I - dos compromissos de cessação ou de desempenho, respectivamente, previstos nos arts. 53 e 58 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994;

II - do termo de compromisso de que trata o § 5º do art. 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997.

Art. 4º Ressalvadas as hipóteses de interrupção previstas no art. 2º, para as infrações ocorridas há mais de três anos, contados do dia 1º de julho de 1998, a prescrição operará em dois anos, a partir dessa data.

Art. 5º O disposto nesta Medida Provisória não se aplica às infrações de natureza funcional.

Art. 6º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.708-3, de 28 de setembro de 1998.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados o art. 33 da Lei nº 6.385, de 1976, com a redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997, e o art. 28 da Lei nº 8.884, de 1994, e demais disposições em contrário, ainda que constantes de lei especial.

Brasília, 27 de outubro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Cláudia Maria Costin

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1 720, DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A contribuição de que trata o art. 1º da Lei nº 9.630, de 23 de abril de 1998, fica acrescida de um adicional de nove pontos percentuais incidente sobre o valor da remuneração que exceder a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Art. 2º O adicional de que trata o artigo anterior tem caráter temporário, vigorando por um período de cinco anos contados a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Art. 3º As contribuições dos servidores da União serão objeto de registro contábil individualizado.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Waldeck Ornelas
Paulo Paiva
Cláudia Maria Costin

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1 721, DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 2º Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.

§ 3º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores; ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional.

§ 4º Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição.

§ 5º A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º Observada a legislação própria, o disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 3º Os procedimentos para execução desta Medida Provisória serão disciplinados em regulamento.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan

DECRETO Nº 1.825, DE 28 DE OUTUBRO DE 1998

Promulga o Acordo para o Estabelecimento da Representação da UIT em Brasília, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de Telecomunicações, em Genebra, em 8 de outubro de 1991.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição,

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de Telecomunicações celebraram, em Genebra, em 8 de outubro de 1991, um Acordo para o Estabelecimento da Representação da UIT em Brasília;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 35, de 3 de abril de 1995, publicado no Diário Oficial da União nº 71, de 12 de abril de 1995;

Considerando que o Acordo entrou em vigor em 26 de julho de 1995, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo VI;

DECRETA

Art. 1º O Acordo para o Estabelecimento da Representação da UIT em Brasília, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de Telecomunicações, em Genebra, em 8 de outubro de 1991, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177ª da Independência e 110ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Luiz Felipe Lampreia

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Internacional de Telecomunicações para o Estabelecimento da Representação da UIT em Brasília

Considerando que a União Internacional de Telecomunicações (doravante denominada "UIT"), de modo a implementar a Resolução nº 17 (COM-8) intitulada "Presença Regional da UIT", adotada na Conferência de Plenipotenciários da UIT (Nice, 1989), a qual decidiu, por princípio, ser necessária uma presença regional mais forte daquele órgão com vistas a aprimorar a eficácia de sua assistência a países membros, em especial aos países em desenvolvimento, resolveu estabelecer uma Representação para a América Latina e para os países do Caribe, em Brasília, República Federativa do Brasil (doravante denominado "Brasil");

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado "Governo") informou a UIT a disposição de conceder os meios necessários à instalação daquela Repre-

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

M.P.V. Nº 1.721/98

Fls. 02

Mensagem nº 1.306

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

Brasília, 28 de outubro de 1998.



SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV nº 1.721 / 98
Fls. 03

CONFERE COM O ORIGINAL

29.10.98

EM nº 670 /MF

Brasília, 27 de outubro de 1998.

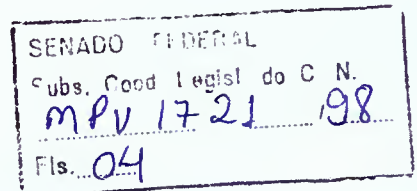
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

2. A medida ora proposta consiste basicamente em alterar procedimentos contábeis entre órgãos e entidades dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social, permitindo o fluxo imediato de recursos para o Tesouro Nacional e evitando a busca desses recursos no mercado, a taxas de juros mais elevadas, enquanto ficam eles depositados pela Caixa Econômica Federal no Banco Central do Brasil, com remuneração específica, aguardando decisão judicial para conversão em renda da União ou devolução ao depositante.

3. No caso dos depósitos judiciais, é assegurado o pleno controle por parte do juiz presidente do feito, sem qualquer alteração na autonomia que lhe é própria, e nas normas do devido processo legal, assim também como do direito de propriedade. Em ambas as hipóteses, judicial ou extrajudicial, sendo favorável ao contribuinte a decisão, a própria Caixa Econômica Federal, atendendo a determinação de autoridade judicial ou administrativa, procederá à devolução da quantia depositada, no prazo máximo de 24 horas, acrescida da mesma taxa de juros aplicável às restituições de receitas tributárias, ressarcindo-se imediatamente junto ao Tesouro Nacional.

4. De acordo com o projeto, em havendo decisão favorável ao depositante, este terá ganhos efetivos, tendo em vista que na sistemática atual as devoluções são acrescidas de juros correspondentes aos das cadernetas de poupança e pela nova sistemática passarão a ser remunerados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos públicos federais, cuja rentabilidade é bem superior àqueles.

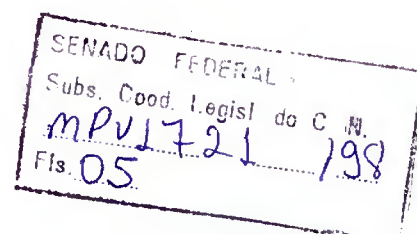


(FL. 2 da EM nº 670/MF, de 27 de outubro de 1998).

5. Tratando-se de volume ponderável de recursos financeiros que ficam indisponíveis para o Tesouro, em momento que o déficit fiscal coloca sob risco a estabilidade financeira da nação, impõe-se a adoção de providências imediatas e urgentes como a consubstanciada na proposta da presente Medida Provisória.

6. Dessa forma, essa providência revela-se urgente e importante aperfeiçoamento do instituto do depósito judicial, para a garantia do Juízo e do extrajudicial, para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sem prejuízo para o erário.

Respeitosamente,



À Comissão Mista

Em 05 / 11 / 98

P.R. - DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO
Publicado na Seção 1
Diário Oficial de
Cópia Autenticada
29 OUT 1998

Aprovado.
A Promulgação
em 11/11/98
[Assinatura]

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.721, DE 28 DE OUTUBRO DE 1998.

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 2º Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.

§ 3º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores; ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional.

§ 4º Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição.

§ 5º A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º Observada a legislação própria, o disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPJ n. 1.721 / 98
Fls. 06

Art. 3º Os procedimentos para execução desta Medida Provisória serão disciplinados em regulamento.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250 , DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subsequentes.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

Art. 73. O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 1995, é o mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido.

Aviso nº 1.450 - SUPAR/C. Civil.

Em 28 de outubro de 1998.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998.



CLOVIS DE BARROS CARVALHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRÁSÍLIA-DF.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV nº 1.721 / 98
Fls. 09

SF - 5-11-98
10 horas

O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.721, adotada em 28 de outubro de 1998 e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

PFL

Bernardo Cabral
Francelino Pereira

PMDB

Jader Barbalho

Nabor Júnior

PSDB

Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Marina Silva

PPB

Epitacio Cafeteira

Suplentes

1. Bello Parga
2. Jonas Pinheiro

1. **Fernando Bezerra**
2. **Carlos Bezerra**

1. Osmar Dias

1. **Sebastião Rocha**

1. **Leomar Quintanilha**



Deputados

Titulares

PFL

Benito Gama

Jaime Martins

PSDB

Ayrton Xerez

Danilo de Castro

Bloco (PMDB/PRONA)

Geddel Vieira Lima

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Marcelo Déda

PPB

Odelmo Leão

Suplentes

1. José Melo

2. Darci Coelho

1. Aloysio Nunes Ferreira

2. Antônio Carlos Pannunzio

1. **Wagner Rossi**

1. **Fernando Ferro**

1. **Gerson Peres**

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia	5-11-98	- designação da Comissão Mista
Dia	6-11-98	- instalação da Comissão Mista
Até	3-11-98	- prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
Até	12-11-98	- prazo final da Comissão Mista
Até	27-11-98	- prazo no Congresso Nacional





*Façam-se as substituições
solicitadas*

Em 09 / 11 / 98

CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF/GAB//N° 782

Brasília, 6 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do **PMDB** que comporão a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, em substituição aos anteriormente indicados.

TITULAR

SUPLENTE

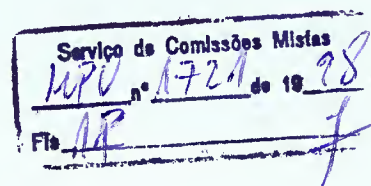
GONZAGA MOTA

SÍLVIO PESSOA

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **GEDDEL VIEIRA LIMA**

Líder do **PMDB**



A Sua Excelência o Senhor
Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**
DD. Presidente do Senado Federal



PARECER Nº , DE 1998

Da COMISSÃO MISTA incumbida de apreciar a **admissibilidade** da Medida Provisória nº 1.721, de 29 de outubro de 1998, que *"Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais e tributos e contribuições federais"*.

RELATOR: Senador JADER BARBALHO

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, com base no art. 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 1.721, de 29 de outubro do corrente ano, com a finalidade de disciplinar os procedimentos de depósito judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios.

Segundo o texto em análise e conforme previsão inserta no seu art. 1º, tais depósitos deverão ser efetuados exclusivamente na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais, específico para essa finalidade, inclusive quando se tratar de débitos provenientes de tributos e contribuições já inscritos na Dívida Ativa da União.

O texto diz, ainda, que a Caixa Econômica Federal repassará os valores depositados para a Conta Única do Tesouro Nacional, sem qualquer formalidade e no mesmo prazo fixado para o recolhimento do tributo ou contribuição.

Por outro lado, o diploma legal provisório cuida de estabelecer a forma de devolução ao depositante, quando for o caso. Assim, se se tratar de decisão judicial, será necessária a ordem da autoridade competente, mas, no caso

JB



de depósito extrajudicial, competirá à autoridade administrativa a iniciativa de determinar e executar a devolução. Todavia, se a decisão final for favorável à Fazenda Nacional, o depósito será transformado em pagamento definitivo, observada a proporcionalidade relativa à exigência correspondente, acrescentando-se-lhe, quando for o caso, os acessórios de juros de mora e multa.

Por fim, prevê que a Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos, reservando-se o Executivo para, mediante regulamento específico, disciplinar os procedimentos relativos à execução dos procedimentos nela fixados.

O aludido diploma legal vem à Comissão Mista para, inicialmente, nos termos do artigo 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, *"emitir parecer que diga respeito à admissibilidade total ou parcial, tendo em vista os pressupostos de urgência e relevância a que se refere o art. 62 da Constituição"*.

Em face do momento de crise aguda por que passa a economia internacional, com reflexos imediatos e indiscutíveis na nossa própria economia, vem o Poder Executivo editando uma série de medidas, tanto no âmbito legislativo quanto no meramente administrativo, destinados à promoção do que se convencionou chamar de *"ajuste fiscal"*. Indiscutivelmente, esta Medida Provisória se insere nesse contexto. Sua urgência e relevância, na realidade, decorrem de um juízo de valor do Chefe do Poder Executivo. Ninguém mais em melhores condições que Sua Excelência, detentor de todas informações a respeito da gravidade do momento histórico que vivemos, para promover a avaliação mais segura sobre a necessidade, a oportunidade e, sobretudo, a importância das ações nela reguladas.

Assim, independentemente da consideração do mérito, que será apreciado em ocasião oportuna, entendemos que a Medida Provisória nº 1.721, de 29 de outubro de 1998, deva ser considerada admissível.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Ata

FL. _____

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Ata

FL. _____



Dessa forma, essa providência revela-se urgente e importante aperfeiçoamento do instituto do depósito judicial, para a garantia do Juízo e do extrajudicial, para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sem prejuízo para o erário."

II – VOTO DO RELATOR

Com relação ao aspecto da constitucionalidade, estamos convictos que nada obsta a aprovação da matéria. Afinal, ao contrário do que entendem alguns juristas, não cuida de nenhuma alteração processual relativa aos depósitos judiciais e extrajudiciais. A leitura atenta do texto da MP que ela trata de providências de caráter meramente administrativo, pois apenas estabelece o repasse dos depósitos para a Conta Única do Tesouro. No mais, para todos os efeitos processuais, inclusive para eventuais saques autorizados pelo juiz do feito, tudo ocorrerá sem qualquer ofensa à Lei Processual Civil e, evidentemente, sem atingir quaisquer direitos do contribuinte, muito menos, como também se alegou, o de propriedade. E enfatizemos: em nenhum instante, a edição desta MP fere o direito do contribuinte ou ao menos limita o seu direito de propriedade. A rigor, a única modificação a se verificar diante do direito novo em relação às normas anteriores à MP, acaba por beneficiar o contribuinte, pois os valores por ele depositados receberão uma remuneração maior que a atual!

Aliás, e a rigor, talvez uma simples resolução do Banco Central fosse bastante para obter os mesmos efeitos e, por idênticas razões, nada haveria, s.m.j., que pudesse inquirir tal resolução de inconstitucional.

No mérito, convém ressaltar que a crise aguda por que passa a economia internacional, com reflexos imediatos e indiscutíveis na economia brasileira, obrigou o Poder Executivo a tomar uma série de medidas, tanto no âmbito legislativo quanto no meramente administrativo, destinadas à promoção do que se convencionou chamar de "*ajuste fiscal*". Indiscutivelmente, esta Medida Provisória está incluída nesse contexto.

Aliás, como foi explicado no texto da EM supracitada, esta MP altera procedimentos contábeis entre órgãos e entidades dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social. Bem na linha dos objetivos centrais do *ajuste fiscal*, a MP em questão propiciará a agilização de procedimentos administrativos relativos aos depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais. Dessa forma, procura-se evitar que o Governo busque no mercado



recursos financeiros a taxas de juros elevadas, tendo-os depositados à sua conta. Com isso, é certo, o fluxo de caixa ficará mais ágil e permitirá economia significativa para o Tesouro Nacional ao mesmo tempo que, no caso de decisão favorável ao contribuinte, este não sofrerá qualquer tipo de prejuízo, como ali está bem demonstrado.

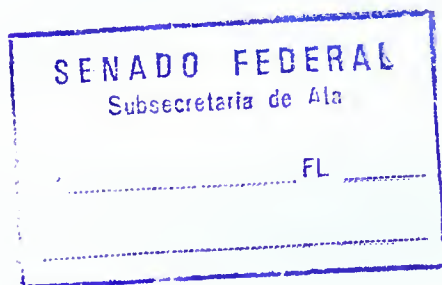
Do mesmo modo, é importante esclarecer que a transferência dos depósitos para a Conta Única do Tesouro não configura qualquer modalidade de empréstimo, muito menos um empréstimo compulsório. Ora, os valores depositados pelo contribuinte, seja na via judicial, seja na extrajudicial, aí ficarão, por força de lei, até que haja uma sentença do juiz do feito ou uma decisão da autoridade administrativa. Após isso, no curto prazo de vinte e quatro horas, poderá ser efetivado o saque, sem qualquer transtorno, já que tais valores estarão sempre garantidos pelos encaixes obrigatórios do banco.

Aliás, é bom ter presente que na forma disciplinada pela MP, se de um lado o Governo terá vantagens como, por exemplo, reduzir o número de títulos federais a lançar no mercado, por outro, o contribuinte terá assegurada uma rentabilidade maior porque os depósitos não mais serão remunerados pelos índices da poupança e, sim, pela taxa SELIC.

Assim, à vista do exposto e na ausência de qualquer emenda, nosso voto é pela aprovação da Medida Provisória nº 1.721, de 29 de outubro de 1998, conforme a redação original.

Sala da Comissão, em

, Presidente



Jader Barbalho, Relator

SENADO FEDERAL

Secretaria de Ata

FL.



PARECER Nº , DE 1998

Da COMISSÃO MISTA incumbida de apreciar a **constitucionalidade** e o **mérito** da Medida Provisória nº 1.721, de 29 de outubro de 1998, que *"Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais e tributos e contribuições federais"*.

RELATOR: Senador JADER BARBALHO

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, com base no art. 62 da Constituição Federal, a Medida Provisória nº 1.721, de 29 de outubro do corrente ano, com a finalidade de disciplinar os procedimentos de depósito judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios.

Segundo o texto em análise e conforme previsão inserta no seu art. 1º, tais depósitos deverão ser efetuados exclusivamente na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais, específico para essa finalidade, inclusive quando se tratar de débitos provenientes de tributos e contribuições já inscritos na Dívida Ativa da União.

O texto diz, ainda, que a Caixa Econômica Federal repassará os valores depositados para a Conta Única do Tesouro Nacional, sem qualquer formalidade e no mesmo prazo fixado para o recolhimento do tributo ou contribuição.

Por outro lado, o diploma legal provisório cuida de estabelecer a forma de devolução ao depositante, quando for o caso. Assim, se se tratar de decisão judicial, será necessária a ordem da autoridade competente mas, no caso de

pb



depósito extrajudicial, competirá à autoridade administrativa a iniciativa de determinar e executar a devolução. Todavia, se a decisão final for favorável à Fazenda Nacional, o depósito será transformado em pagamento definitivo, observada a proporcionalidade relativa à exigência correspondente, acrescentando-se-lhe, quando for o caso, os acessórios de juros de mora e multa.

Por fim, prevê que a Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos, reservando-se o Executivo para, mediante regulamento específico, disciplinar os procedimentos relativos à execução dos procedimentos nela fixados.

Na EM nº 670/MF, de 27.10.98, que acompanha a medida provisória, o Senhor Ministro da Fazenda afirma:

“A medida ora proposta consiste basicamente em alterar procedimentos contábeis entre órgãos e entidades dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social, permitindo o fluxo imediato de recursos para o Tesouro Nacional e evitando a busca desses recursos no mercado, a taxas de juros mais elevadas, enquanto ficam eles depositados pela Caixa Econômica Federal no Banco Central do Brasil, com remuneração específica, aguardando decisão judicial para conversão em renda da União ou devolução ao depositante.

No caso dos depósitos judiciais, é assegurado o pleno controle por parte do juiz presidente do feito, sem qualquer alteração na autonomia que lhe é própria, e nas normas do devido processo legal, assim também como do direito de propriedade. Em ambas as hipóteses, judicial ou extrajudicial, sendo favorável ao contribuinte a decisão, a própria Caixa Econômica Federal, atendendo a determinação de autoridade judicial ou administrativa, procederá à devolução da quantia depositada, no prazo máximo de 24 horas, acrescida da mesma taxa de juros aplicável às restituições de receitas tributárias, ressarcindo-se imediatamente junto ao Tesouro Nacional.

De acordo com o projeto, em havendo decisão favorável ao depositante, este terá ganhos efetivos, tendo em vista que na sistemática atual as devoluções são acrescidas de juros correspondentes aos das cadernetas de poupança e pela nova sistemática passarão a ser remunerados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia — SELIC, para títulos públicos federais, cuja rentabilidade é bem superior àqueles.

Tratando-se de volume ponderável de recursos financeiros que ficam indisponíveis para o Tesouro, em momento que o déficit fiscal coloca em risco a estabilidade financeira da nação, impõe-se a adoção de providências imediatas e urgentes como a consubstanciada na proposta da presente Medida Provisória.

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Ata
FL. _____

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Ata
FL. _____



1950

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Ata

FL.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PFL

OF GL/PFL nº 159/98

Brasília, 03 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 1721 de 28 de outubro de 1998, os seguintes senhores Senadores:

TITULARES

Bernardo Cabral
Francelino Pereira

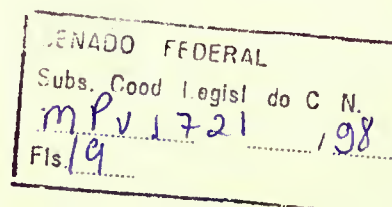
SUPLENTES

Bello Parga
Jonas Pinheiro

Atenciosamente,

Senador EDISON LOBÃO
Líder do PFL, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PSDB



Sr. Presidente do Congresso Nacional

INDICO OS SENADORES DO PSDB QUE COMPORÃO A COMISSÃO ESPECIAL MISTA DESTINADA A APRECIAR A SEGUINTE MEDIDA PROVISÓRIA:

MP N°: 1721

PUBLICAÇÃO DOU: 29.10.98

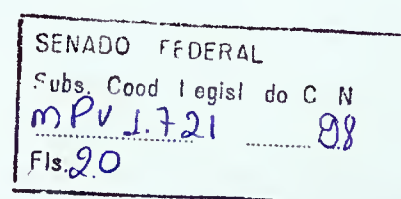
ASSUNTO: Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

TITULAR: PEDRO PIVA

SUPLENTE: OSMAR DIAS

Brasília, 29 de outubro de 1998.

Senador **SÉRGIO MACHADO**
Líder do PSDB






SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT
Ofício nº 94/98 - GLDPT

Brasília-DF., 04 de novembro de 1998.

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 01, de 1989, do Congresso Nacional, indico a Senadora **Marina Silva**, como titular, para integrar, como representante do Bloco Parlamentar de Oposição, a Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a **Medida Provisória nº 1721**.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


Senador Eduardo Suplicy
Líder do Bloco Parlamentar de Oposição

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antônio Carlos Magalhães
Presidente do Congresso Nacional
N E S T A

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist. do C. N.
MPV 1.721, 98
Fls. 21



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO PFL**

Ofício nº 1439-L-PFL/98

Brasília, 29 de outubro de 1998.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, que "**Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais**".

EFETIVOS:

Deputado **BENITO GAMA**
Deputado **JAIME MARTINS**

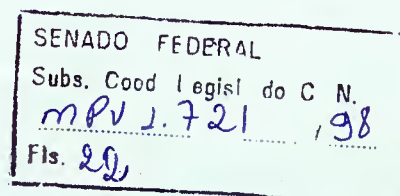
SUPLENTE:

Deputado **JOSÉ MELO**
Deputado **DARCI COELHO**

Atenciosamente,

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
Líder do PFL

Excelentíssimo Senhor
Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PSDB

OF. PSDB/I/Nº 223/98

Brasília, 30 de outubro de 1998.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Senhores Deputados **AYRTON XEREZ** e **DANILO DE CASTRO**, como membros titulares, e **ALOYSIO NUNES FERREIRA** e **ANTÔNIO C. PANNUNZIO**, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a MP 1721/98.

Atenciosamente,


Deputado **AÉCIO NEVES**
Líder do PSDB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**
DD. Presidente do Congresso Nacional

2348/C:\Meus documentos\oficio das mps.doc

SENADO FEDERAL
ubs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 1.721, 98
Fls. 23

OR

P/ REVISÃO

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.721, de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 2º Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.

§ 3º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores; ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

MPV N.º 1721/98

Fls. 24

§ 4º Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição.

§ 5º A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º Observada a legislação própria, o disposto nesta Lei aplica-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 3º Os procedimentos para execução desta Lei serão disciplinados em regulamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998.

Congresso Nacional em de novembro de 1998
177º da Independência e 110º da República

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Ess/.

SENADO FEDERAL
Secretaria - Geral da Mesa
MPV N.º 1721/98
Fls. 25

Ofício nº 367 (CN)

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência a Mensagem nº 66 (CN), do Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, participando a promulgação da Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, que "dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

Congresso Nacional, em 17 de novembro de 1998

Lucidio Portella
Senador Lucidio Portella
Primeiro-Secretário, em exercício

SENADO FEDERAL

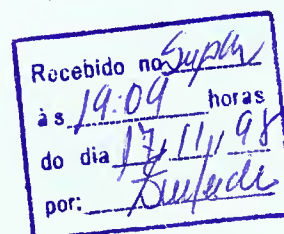
Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Expediente

MPV N.º 3.721 98

Fls. 26

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Clóvis de Barros Carvalho
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República
ess/.



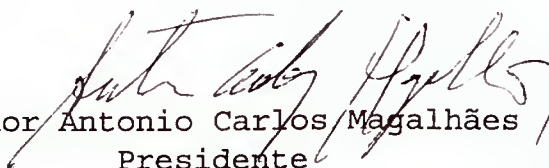
Mensagem nº 66 (CN)

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Participo a Vossa Excelência que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 11 de novembro do corrente ano, aprovou a Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, que "dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

Para os fins do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, dois autógrafos do texto por mim promulgado para ser publicado, como lei, no Diário Oficial da União.

Congresso Nacional, em 17 de novembro de 1998


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
MPV N.º 1.721 98
Fls. 27

Recebido no	Supra
às	19.09 horas
do dia	12/11/98
por:	Leide

ess/.

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.721, de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 2º Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.

§ 3º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores; ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Expediente

UV N.º 1.721 98

Fls. 28

§ 4º Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição.

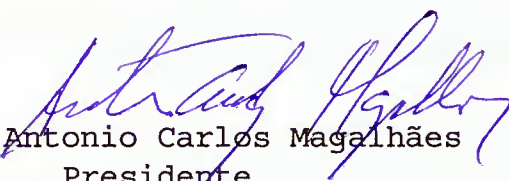
§ 5º A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º Observada a legislação própria, o disposto nesta Lei aplica-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 3º Os procedimentos para execução desta Lei serão disciplinados em regulamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998.

Congresso Nacional em 17 de novembro de 1998
177º da Independência e 110º da República


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Ess/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Expediente
MPR N.º 1.721 98
Fls. 29

CÂMARA DOS DEPUTADOS

18 NOV 09 09 02 029191

RECEBIMENTO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLADO

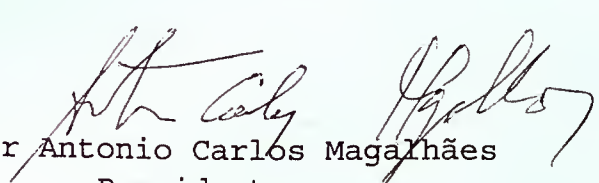
Ofício nº 368 (CN)

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, para os fins do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, esta Presidência promulgou a Lei que "dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais", cujas disposições foram adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República como Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, aprovada pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada no dia 11 de novembro do corrente ano.

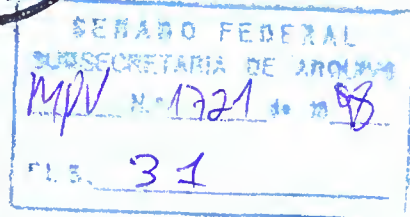
Em anexo, encaminho a Vossa Excelência o texto promulgado para arquivo, nessa Casa.

Congresso Nacional, em 17 de novembro de 1998


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Michel Temer
Presidente da Câmara dos Deputados
ess/.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da
Subsecretaria de Expediente
MPV N.º 1.721 98
Fls. 30



CONGRESSO NACIONAL

* MENSAGEM Nº 748, DE 1998-CN
(nº 1.306 98, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 1.721, de 28 de outubro de 1998, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

Brasília, 28 de outubro de 1998.

Brasília, 27 de outubro de 1998.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

2. A medida ora proposta consiste basicamente em alterar procedimentos contábeis entre órgãos e entidades dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social, permitindo o fluxo imediato de recursos para o Tesouro Nacional e evitando a busca desses recursos no mercado, a taxas de juros mais elevadas, enquanto ficam eles depositados pela Caixa Econômica Federal no Banco Central do Brasil, com remuneração específica, aguardando decisão judicial para conversão em renda da União ou devolução ao depositante.

3. No caso dos depósitos judiciais, é assegurado o pleno controle por parte do juiz presidente do feito, sem qualquer alteração na autonomia que lhe é própria, e nas normas do devido processo legal, assim também como do direito de propriedade. Em ambas as hipóteses, judicial ou extrajudicial, sendo favorável ao contribuinte a decisão, a própria Caixa Econômica Federal, atendendo a determinação de autoridade judicial ou administrativa, procederá à devolução da quantia depositada, no prazo máximo de 24 horas, acrescida da mesma taxa de juros aplicável às restituições de receitas tributárias, ressarcindo-se imediatamente junto ao Tesouro Nacional.

4. De acordo com o projeto, em havendo decisão favorável ao depositante, este terá ganhos efetivos, tendo em vista que na sistemática atual as devoluções são acrescidas de juros correspondentes aos das cadernetas de poupança e pela nova sistemática passarão a ser remunerados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos públicos federais, cuja rentabilidade é bem superior a aqueles

5. Tratando-se de volume ponderável de recursos financeiros que ficam indisponíveis para o Tesouro, em momento que o déficit fiscal coloca sob risco a estabilidade financeira da nação, impõe-se a adoção de providências imediatas e urgentes como a consubstanciada na proposta da presente Medida Provisória.

6. Dessa forma, essa providência revela-se urgente e importante aperfeiçoamento do instituto do depósito judicial, para a garantia do Juízo e do extrajudicial, para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sem prejuízo para o erário.

Respeitosamente.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.721 . DE 28 DE OUTUBRO DE 1998.

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 2º Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.

§ 3º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores; ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional.

§ 4º Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição.

§ 5º A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2º Observada a legislação própria, o disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 3º Os procedimentos para execução desta Medida Provisória serão disciplinados em regulamento.

Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

.....

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....

Art. 73. O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 1995, é o mês subseqüente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido.



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

TERMO DE ARQUIVAMENTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº
1721/88.

Contém este processo 32 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 172
alínea _____, do Regulamento, estando o mesmo com a tramitação concluída.

Subsecretaria de Arquivo, 9 de Dezembro de 1998

Está classificado e fichado. Encaminho-o ao funcionário informante.

Subsecretaria de Arquivo, _____ de _____ de 19____

Confere. Submeto o presente processo à consideração do Sr. Diretor, com as fichas
inclusas, devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 04 de Janeiro de 1999
_____ Antonio Alberto de Carvalho
Chefe do Serviço de
Proposições e Publicações

Arquive-se.

Em 05/01/99
_____ Francisco Aurélio da Paz
Diretor da Subsecretaria de Arquivo



Secretaria-Geral da Mesa
05/02/99
h/ Cesar de Faria D. Moreira
Chefe de Gabinete
Com cópia à Advocacia

Supremo Tribunal Federal

Of. nº 24 /R

Em 04 de fevereiro de 1999.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1933
REQUERENTE: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
REQUERIDOS: Presidente da República
Congresso Nacional

Senhor Presidente,

A fim de instruir o processo acima referido, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, nos termos do artigo 170 e parágrafos do RI-STF, as necessárias informações sobre o alegado na petição cuja cópia acompanha o presente ofício.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência expressões de elevado apreço.

Ministro NELSON JOBIM
Relator

Excelentíssimo Senhor
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Congresso Nacional
N E S T A

/aaf

Secretaria Geral da Mesa	
Doc: Of. 24/99 - STF (cópia)	
N.º Fls.: 01 (onze)	
Destino: Advocacia Geral	
Recebido por: João F. Silva	
Matrícula: 2596	Data: 05.02.99

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Subsecretaria de Coordenação Legislativa SE

MPV N.º 1.721/98

Fls. 34



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

**EXMO SR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL**

ADI 1933-3

CÓPIA

SEÇÃO DE RECEPÇÃO

11 DEZ 16 43 SS 072917

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, serviço público dotado de personalidade jurídica, regulamentado pela Lei 8906, com sede no Edifício da Ordem dos Advogados, Setor de Autarquias Sul, Quadra 05, desta Capital, vem, nos termos do artigo 103, VII, da Constituição Federal, ajuizar

ação direta de inconstitucionalidade,
com pedido de liminar,

contra a íntegra da Lei federal 9.703, de 17 de novembro de 1998, em especial contra os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º de seu artigo 1º.

Dispondo acerca dos depósitos judiciais em lides relativas a tributos federais, depósitos, em dinheiro, de valores referentes

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SF

MPV N.º 1721/98

Fls 35



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - DF

a impostos, taxas e contribuições, inclusive acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (art. 1º, caput) e administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (art. 2º), bem como dispondo ainda acerca dos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos na dívida ativa da União (art. 1º, parágrafo 1º), os parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, do artigo 1º da Lei 9.703 estabelecem o seguinte:

Parágrafo 2º

"Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais."

Parágrafo 3º

"Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SF

MPV N.º 1.721 / 98

Fls 36



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo parágrafo 4º do artigo 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional."

Parágrafo 4º

"Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição."

Parágrafo 5º

"A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos."

É inconstitucional a transferência estabelecida pelo parágrafo segundo do artigo 1º dos depósitos judiciais para a Conta Única do Tesouro Nacional independentemente de qualquer formalidade no mesmo

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa S7

MPV N.º 1.721 / 98

Fls 37



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

prazo fixado para o recolhimento dos tributos e das contribuições federais por violência ao princípio da separação dos Poderes estabelecido no artigo 2º da Lei Fundamental. **Verbis:**

“São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

Os depósitos judiciais são realizados a ordem e à disposição do Juízo. Traduzem atividade jurisdicional. Deles dispor livremente o Executivo, utilizando-os como receita corrente, constitui intromissão indébita de um Poder em outro.

A transferência dos recursos preconizada pelo **parágrafo segundo** do artigo 1º vulnera ainda o princípio da isonomia - art. 5º, **caput** - e o princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV da Constituição Federal). Quebra a paridade de armas fazer com que o contribuinte deposite o valor **sub judice**, dele privando-se, para entregá-lo à parte contrária, que poderá usar a quantia como lhe aprouver.

RMS-21884 / DF

Ministro Marco Aurélio

...

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SF

MPV N. 1721/98

Fls. 38



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

"DEVIDO PROCESSO LEGAL - PARTES -
MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFESA -
PARIDADE DE ARMAS. Acusação e defesa
devem estar em igualdade de condições, não
sendo agasalhável, constitucionalmente,
interpretação de normas reveladoras da ordem
jurídica que desague em tratamento preferencial.
A "par condicio" é inerente ao devido processo
legal (ADA PELLEGRINE GRINOVER)."

...

Já a limitação ao levantamento dos depósitos
imposta pelo parágrafo terceiro do artigo 1º, a par de ser inconstitucional
pelos mesmos fundamentos já deduzidos, é inconstitucional também por
violência, sob outro aspecto, ao *due process of law*, **verbis**:

*"ninguém será privado da liberdade ou de seus
bens sem o devido processo legal."*

Exigir trânsito em julgado para o levantamento de
depósitos em regra voluntários é privar, sem o devido processo legal e sem
razão justificável, o jurisdicionado de seus bens. É fomentar ainda,


SENADO FEDERAL

Secretaria Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SF

MPU N.º 1.721/98

Fls 39



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

desvirtuando a finalidade do processo, a interposição abusiva de recursos, uma vez que à Fazenda jamais interessará o término da demanda.

Noutra vertente, a pretensão do Poder Público de transformar depósitos judiciais em verdadeiros empréstimos contida nos parágrafos segundo e terceiro do artigo 1º esbarra também no que estabelece o artigo 148, incisos I e II, da Constituição. **Verbis:**

“Art 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, “b”.”

Com efeito, o apossamento pelo Estado daquilo que foi depositado, com promessa de devolução a termo incerto, caracteriza-se como empréstimo compulsório. Como porém para a instituição da excepcional exação faz-se necessária **lei complementar** e a presença de extraordinárias circunstâncias ausentes na espécie (incisos I e II do artigo 148 da CF), o pretendido pelos parágrafos segundo e terceiro do artigo 1º da Lei **ordinária** 9.703 é inconstitucional.


SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SR

MPV N.º 1.721/98

Fis 40



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

Sendo inconstitucionais os parágrafos segundo e terceiro do artigo 1º da Lei 9.703, exigem também, por perda de sentido, declaração de inconstitucionalidade os parágrafos quarto e quinto do artigo 1º. Os comandos desses dois derradeiros parágrafos, que tratam de uma subconta de restituição dos valores devolvidos e da necessidade de manter a Caixa Econômica controle do depositado e restituído, não fazem sentido se expurgados do ordenamento os parágrafos segundo e terceiro.

A bem da verdade, todo o novel diploma legal (a íntegra da Lei 9.703) merece, declarada a inconstitucionalidade dos parágrafos segundo e terceiro do artigo 1º, ser invalidado, pois o que restará da Lei impugnada não corresponderá à vontade legislativa. É certo que o Legislador não editaria lei apenas para estabelecer que somente na Caixa Econômica Federal poderiam ser feitos depósitos judiciais e extrajudiciais, referentes a débitos da Receita Federal ou do INSS inscritos ou não em dívida ativa, mediante DARF específico para esta finalidade (**Caput** do artigo 1º, seu parágrafo 1º, e artigo 2º da Lei 9.703). **Verbis:**

“Art 1º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento

SENADO FEDERAL

Secretaria Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa

MPU N.º 1.721 / 98

Fls 41



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

*de Arrecadação de Receitas Federais - DARF,
específico para esta finalidade.*

*Parágrafo 1º O disposto neste artigo aplica-se,
inclusive, aos débitos provenientes de tributos e
contribuições inscritos em dívida ativa da
União."*

*"Art 2º Observada a legislação própria, o
disposto nesta Lei aplica-se aos depósitos
judiciais e extrajudiciais referentes às
contribuições administradas pelo Instituto
Nacional do Seguro Social."*

Pelas mesmas razões, devem também ser
declarados inconstitucionais os artigos 3º e 4º da lei impugnada, os quais
apenas prevêm, respectivamente, a) que a lei será regulamentada e b) que,
vigorando a partir de sua publicação, aplicar-se-á aos depósitos efetuados a
partir de 1º de dezembro de 1998.

Da liminar

DE

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SI

MPV N.º 1721/98

Fis 42



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

Impõe-se a concessão de liminar. A invasão da esfera de atuação do Poder Judiciário perpetrada pelo Poder Executivo por meio da Lei impugnada macula, por si, o próprio Estado democrático. Uma vez que a divisão de Poderes é a principal garantia da democracia, qualquer vulneração a esse princípio é extremamente grave e exige imediato repúdio. A propósito, merece lembrança o contido no artigo 16 da Declaração dos Direitos do Homem de 1789:

"Toute société dans laquelle la garantie des droits n'est pas assurée, ni la séparation des pouvoirs déterminée, n'a point de constitution."

Limitar, por outro lado, o resgate de depósitos apenas por ocasião do trânsito em julgado da demanda provocará dano injusto e de difícil reparação a inumeráveis jurisdicionados.

Pedido

Pelo exposto, pede o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, seja liminarmente suspensa a eficácia na íntegra da Lei 9.703 ou, sucessivamente, dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 1º da referida norma.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subsecretaria de Coordenação Legislativa SF

- MPV N.º 1.721/98

Fis 43



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - DF

Pede ao final seja declarada inconstitucional a íntegra da Lei 9.703 ou, sucessivamente, dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 1º da referida norma.

Requer a citação do Advogado-Geral da União, nos termos do artigo 103, parágrafo terceiro da Constituição Federal, com endereço na Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo IV, bem como sejam oficiados o Presidente da República e o Congresso nacional para prestarem informações.

Dá à causa o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Brasília, 01 de dezembro de 1998.

Reginaldo Oscar de Castro
Presidente do Conselho Federal
da Ordem dos Advogados do Brasil



SENADO FEDERAL
ADVOCACIA

Ofício nº 062/99-ADVOSF

Brasília, 05 de fevereiro de 1999

Senhor Diretor

De ordem da Senhora Advogada-Geral, solicito a Vossa Senhoria, para consulta, o processado da MP nº 1721/98, que deu origem à Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Atenciosamente,

VANIA REGINA GOMES DA SILVA
Chefe de Gabinete

Ilmº Sr.
Dr. JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
M.D. Diretor da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado
Federal
N E S T A

SENADO FEDERAL
Secretaria - Geral da Mesa
MPU N.º 1721/98
Fls. 458



SENADO FEDERAL
ADVOCACIA

Ofício nº 093/99-ADVOSF

Brasília, 04 de março de 1999

Senhor Diretor

De ordem da Senhora Advogada-Geral, estamos devolvendo a Vossa Senhoria, o processado da MP nº 1721/98, que deu origem à Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "VRS: ha".

VANIA REGINA GOMES DA SILVA
Chefe de Gabinete

Ilmº Sr.
Dr. JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
M.D. Diretor da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado
Federal
N E S T A

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº , DE 1998-CN

Do Relator designado em Plenário para emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.721, publicada em 29 de outubro de 1998, que “Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais”.

RELATOR:

O Relator designado em Plenário para emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.721, publicada em 29 de outubro de 1998, que “Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais”, apresenta, em anexo, Redação Final da supramencionada proposição na forma de Projeto de Lei de Conversão.

Sala das Sessões, em de novembro de 1998.

, Relator